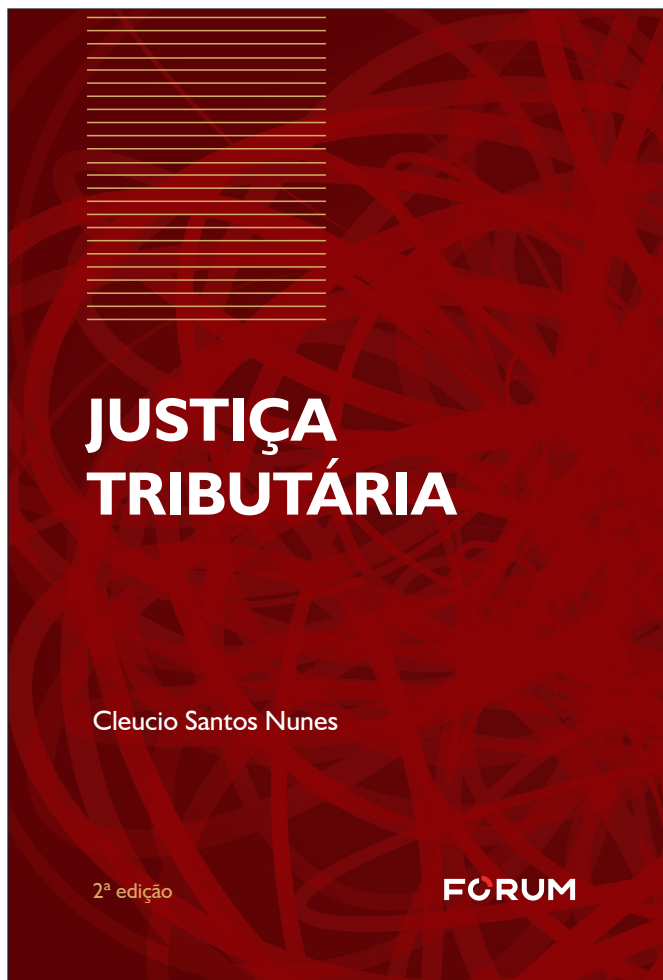


Cleucio Santos Nunes



JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

2ª edição

A ideia de Justiça Tributária é uma terminologia genérica para abranger, no Direito Tributário, os conceitos de *justiça* propriamente dito e de *equidade*. Sabe-se que o sistema tributário brasileiro é considerado injusto porque a carga tributária sobre a renda dos pobres é proporcionalmente maior do que a dos ricos. Nesta 2ª edição, a obra mantém os fundamentos dos conceitos de *equidade* e de *justiça* em matéria tributária, demonstrando que a *equidade tributária* deve ser observada na estrutura normativa interna do sistema, ou seja, se as leis e demais normas tributárias respeitam a capacidade contributiva, especialmente entre os mais pobres. O conceito de *justiça tributária*, por sua vez, reside na estrutura externa do sistema, isto é, na finalidade a ser alcançada com os recursos tributários, que é a manutenção da burocracia estatal e, especialmente, a realização de políticas públicas igualitárias. Com a aprovação da Reforma Tributária no final de 2023, que inseriu na Constituição Federal o *princípio da justiça tributária*, a obra se torna uma boa fonte de fundamentos à regulamentação desse princípio, pois apresenta dados atuais sobre regressividade do sistema tributário e quais os melhores instrumentos de enfrentamento do problema.

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

ECONOMIA, DIREITO FINANCEIRO,
CIÊNCIA POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, HISTÓRIA, FILOSOFIA
E SOCIOLOGIA.

Palavras-chave

JUSTIÇA E EQUIDADE TRIBUTÁRIAS.
DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL.
REGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3328

N972j

Nunes, Cleucio Santos

Justiça tributária / Cleucio Santos Nunes. -- 2. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

170 p. 14,5x21,5cm

ISBN 978-65-5518-678-9

1. Justiça e equidade tributárias. 2. Desigualdade econômica e social. 3. Regressividade tributária. I. Título.

CDD: 341.39

CDU: 341.39

Cleucio Santos Nunes é Doutor em Direito do Estado, Justiça e Constituição pela UnB. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos – UniSantos. Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília – UCB e da Graduação do Centro Universitário de Brasília – Ceub. Ex-Conselheiro do CARF e Advogado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13	
CAPÍTULO 1		
SISTEMA TRIBUTÁRIO E MATRIZ TRIBUTÁRIA		
BRASILEIRA	31	
1.1 Noções de sistema tributário.....	34	
1.2 Matriz tributária.....	41	
1.3 Conceito de capacidade contributiva	53	
1.3.1 Capacidade contributiva até a primeira metade do século XX.....	64	
1.3.2 Capacidade contributiva após a segunda metade do século XX.....	67	
1.3.3 Capacidade contributiva no Brasil.....	70	
1.4 Conceitos de equidade e iniquidade tributárias	75	
1.5 Tributos diretos e indiretos.....	89	
1.6 Progressividade, regressividade e proporcionalidade tributárias	107	
1.6.1 Controvérsias sobre proporcionalidade e progressividade ...	116	
1.6.2 Teorias do benefício e do sacrifício comum	119	
1.6.3 Teorias da equidade horizontal e vertical.....	126	
CAPÍTULO 2		
ESTRUTURA ATUAL DA MATRIZ TRIBUTÁRIA		
BRASILEIRA E SUAS ORIGENS.....	131	
2.1 Indicadores tributários históricos.....	132	
2.2 Indicadores tributários contemporâneos.....	140	
2.3 Indicadores comparados.....	163	
2.4 A ênfase da tributação sobre o consumo.....	170	
2.4.1 O modelo vigente de tributação sobre o consumo.....	176	
2.4.2 Efeitos jurídicos da tributação sobre o consumo	185	
2.4.3 Efeitos econômicos e sociais dos tributos sobre o consumo	190	
2.5 Tributação sobre renda e patrimônio (propriedade e herança)	194	
2.5.1 Conceito de renda.....	197	
2.5.2 Efeitos jurídicos e econômicos da tributação da renda.....	201	
2.5.3 Princípios e regras jurídicas da tributação da renda	208	
2.5.4 Tributação sobre a propriedade e efeitos	211	
2.6 Iniquidade da matriz tributária brasileira.....	217	
2.6.1 Relações entre tributação do consumo e da renda	221	
2.6.2 O problema da regressividade.....	227	
2.6.2.1 Regressividade da tributação em razão da renda.....	231	
2.6.2.2 Regressividade da tributação em razão do consumo	236	
2.6.2.3 Regressividade da tributação e os levantamentos da POF/IBGE	240	
CAPÍTULO 3		
POR UMA MATRIZ TRIBUTÁRIA JUSTA		251
3.1 Tributação para financiar a burocracia do Estado.....	254	
3.1.1 Liberdade e propriedade na qualidade de direitos têm seus custos.....	263	
3.1.2 Liberdade é uma visão de justiça no Estado fiscal	268	
3.1.3 Os custos da garantia de liberdade para todos	271	

3.1.4	Não existem melhores custos entre direitos negativos e positivos.....	273
3.1.5	A garantia dos direitos sociais e o seu custo tributário	276
3.2	Promoção da equidade e da justiça tributárias	282
3.2.1	Estado Democrático de Direito e igualdade democrática.....	284
3.2.2	Estruturas endógena e exógena da matriz tributária.....	292
3.2.3	Diferença entre valor, princípio e regra	304
3.2.3.1	Distinção entre princípios e regras jurídicas.....	305
3.2.3.2	Distinção entre valores e princípios.....	309
3.2.4	Equidade e Justiça como valores	323
3.2.5	A opção pela justiça social e a liberdade.....	326
3.2.6	Noções contemporâneas de justiça social	332
3.3	Capacidade contributiva como critério de equidade tributária	338
3.3.1	Capacidade contributiva como princípio jurídico.....	340
3.3.2	Instrumentos de efetivação da capacidade contributiva.....	346
3.3.3	O mito da equidade por meio da progressividade	358
3.3.3.1	Impossibilidade da quota equitativa de cada contribuinte.....	360
3.3.3.2	Equidade tributária entre capacidades contributivas diferentes	364
3.3.4	O problema das presunções e a iniquidade da matriz tributária	372
3.3.4.1	O problema das deduções do IRPF e as alíquotas fictícia e real	377
3.3.4.2	Iniquidade do regime das deduções e presunções no IRPF.....	379
3.3.4.3	Isonomias, benefícios tributários e o problema da iniquidade	382
3.3.5	Capacidade contributiva: justiça ou equidade?	385
3.4	Identificação da justiça tributária	393
3.4.1	A escolha da justiça social como valor fundante da matriz tributária	395
3.4.2	Sociedade livre, justa e solidária.....	401
3.4.3	Solidariedade e tributação	407
3.4.4	Princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial	421
3.4.5	Estado Democrático de Direito simbólico e a função da matriz tributária	439
3.4.6	Desigualdade social ou o fracasso da matriz tributária justa.....	448
3.4.7	Proposta de fundamentos para a matriz tributária justa	462
3.4.7.1	Devolução dos tributos do consumo aos pobres	477
3.4.7.2	Graduação razoável de tributos sobre o consumo de determinados bens e serviços	481
3.4.7.3	Adequação da carga tributária sobre renda e consumo a padrões internacionais.....	489
3.4.7.4	A <i>regra de ouro</i> da tributação e outras medidas	492
	CONCLUSÃO.....	499
	REFERÊNCIAS	511